

Boletim Número 87

Data: Janeiro – Fevereiro – Março/2020

EDITORIAL

EDITORIAL

A região da América Latina e Caribe é uma das mais afetadas pelo coronavírus, tanto em número de casos como de mortes. A crise econômica e social, decorrente de problemas históricos, que essa região enfrenta foi agravada pela pandemia. Segundo cálculos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) a “pobreza extrema, a forma mais intensa de escassez, na qual nem as necessidades básicas são cobertas, terá chegado ao nível mais alto desde 2000.” ainda segundo a pesquisa “Um em cada oito latino-americanos (12,5%) vive agora nessa situação, mais de um ponto percentual a mais que há um ano, quando a crise de saúde era uma opção remota, e quase cinco pontos a mais que em 2014, quando a cifra atingiu seu ponto histórico mais baixo (7,8% da população).” Mesmo com as medidas de proteção social adotadas neste período, que aliviaram em certa medida os impactos econômicos causados pela pandemia, não impediu o aumento da pobreza moderada, que no final de 2020 afetou 33,7% da população da América Latina e Caribe. A vacina contra a covid-19 é uma realidade em quase todo o mundo, tornando-se uma das principais aliadas para a recuperação econômica mundial. Entretanto, no Brasil, há uma lentidão em relação a distribuição da vacina no país. Até o início do mês de janeiro a ANVISA não havia aprovado nenhuma vacina. Segundo análises da agência de classificação de risco Moody's, os atrasos na distribuição da vacina contra o coronavírus irão aumentar os riscos negativos para a recuperação econômica do país. Em entrevista, Samar Maziad declarou “que a vacinação em todo o país limitará o escopo de medidas adicionais de distanciamento social e fechamento de negócios, apoiando assim a economia.” Em meio a essa lentidão na aprovação da vacina, o sistema de saúde no estado do Amazonas entrou em colapso por falta de insumos para atender pacientes da covid –19, sobretudo, por falta de oxigênio. O presidente Jair Bolsonaro fez uma declaração na qual isentou o governo federal da responsabilidade da distribuição de oxigênio para o estado. Segundo ele, o governo federal já havia disponibilizado os meios para que o estado adquirisse os insumos. Bolsonaro também elogiou a conduta do ministro da saúde, mesmo ele se tornando alvo de investigação da polícia federal por omissão na crise do oxigênio.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Atraso do Brasil na distribuição da vacina acrescenta risco à recuperação econômica, diz Moody's***Por: Reuters*****13/01/2021**

Os atrasos contínuos do Brasil na distribuição de uma vacina contra o coronavírus irão aumentar os riscos negativos para a recuperação econômica projetada para este ano, afirmou nesta quarta-feira a principal analista para o Brasil da agência de classificação de risco Moody's.

O governo brasileiro está sob pressão em meio ao ritmo lento do lançamento de vacinas no país. A imunização ainda não foi iniciada no maior país da América Latina, e a agência reguladora de saúde Anvisa ainda não aprovou nenhuma vacina para uso.

Em uma entrevista à imprensa virtual abordando as perspectivas econômicas do Brasil, Samar Maziad disse que a vacinação em todo o país limitará o escopo de medidas adicionais de distanciamento social e fechamento de negócios, apoiando assim a economia.

"À medida que vemos atrasos, isso aumentará o risco negativo para a recuperação", disse Maziad.

A Moody's espera que a economia do Brasil cresça 3,3% este ano, após uma contração esperada de 5,7% em 2020, com a maior parte da recuperação atribuída à base fraca de comparação e não a um processo autossustentável de retomada.

Maziad disse ainda que o fim do auxílio emergencial pago a milhões de famílias no ano passado, no valor de quase 300 bilhões de reais, um dos programas de transferência de renda mais generosos do mundo como proporção do tamanho economia, pode desacelerar a recuperação e talvez fomentar a agitação social.

"A retirada da ajuda representa algum risco para a agitação social ... (e) com o alto desemprego, há alguns riscos (para a economia). Mas não um risco elevado", disse ela. "Os (principais) riscos continuam do lado fiscal."

Maziad disse que o abandono do teto de gastos do governo, principal âncora fiscal do país, teria implicações negativas para o perfil de crédito soberano do Brasil.

Os gastos para combater a crise no ano passado abriram um buraco recorde nas finanças públicas, ameaçando a regra que limita o crescimento dos gastos à taxa de inflação. Muitos analistas dizem que uma violação em algum momento do futuro próximo é altamente provável.

A Moody's tem um rating de Ba2 para o crédito soberano do Brasil, abaixo do chamado grau de investimento, com perspectiva estável.

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/13/atraso-do-brasil-na-distribuicao-da-vacina-acrescenta-risco-a-recuperacao-economica-diz-moody-s.ghtml>

Em Foco II

Bolsonaro diz que não é atribuição do governo levar oxigênio para o Amazonas

Por: G1

30/01/2021

O presidente Jair Bolsonaro disse neste sábado (30) que "não é competência" e "nem atribuição" do governo federal levar oxigênio para o Amazonas, que sofre com a falta do insumo para atender pacientes da Covid-19. Bolsonaro elogiou ainda a atuação do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, dizendo que "não há omissão" diante da crise.

De acordo com o presidente, o governo federal enviou recursos financeiros para o estado enfrentar a crise. "Não é competência nossa e nem atribuição levar o oxigênio pra lá, demos os meios", disse Bolsonaro.

Bolsonaro afirmou ainda que a chegada dos primeiros cilindros de oxigênio enviados pelo governo federal aconteceu seis dias depois que o ministro da Saúde tomou conhecimento do caso.

"Agora, ele (Pazuello) ficou sabendo em uma sexta-feira do problema do gás e na segunda foi em Manaus, na terça programou tudo e na quarta começou a chegar já o oxigênio lá com aviões da força aérea e balsa. Logo depois ele começou a transportar o pessoal doente também de Manaus para outras capitais aí da redondeza em especial para os hospitais universitários", completou.

Para o presidente, o ministro, que está em Manaus após ser alvo de pedido de inquérito por omissão na crise de oxigênio, fez um "trabalho excepcional".

"Ele trabalha de domingo a domingo, vira a noite, duvido que com outra pessoa teria tido a resposta que ele está dando", afirmou.

A Polícia Federal iniciou uma investigação sobre a conduta do ministro na crise sanitária do Amazonas. O ministro enviou 120 mil unidades de hidroxiquina, que não tem eficácia comprovada contra a Covid-19.

Até a manhã deste sábado, 335 pacientes com Covid-19 foram transferidos do Amazonas a outras 13 cidades brasileiras por conta do colapso causado por superlotação e falta de oxigênio no sistema de saúde local. Infelizmente, 11 pessoas não resistiram à doença e morreram.

O Governo do Amazonas começou a enviar pacientes com Covid a outros estados no dia 15 de janeiro. A medida passou a ser adotada após hospitais do Amazonas ficarem sem oxigênio por conta da superlotação.

O estado enfrenta um novo surto de Covid-19 e o sistema de saúde local entrou em colapso mais uma vez. Pazuello afirmou que a expectativa é enviar 1,5 mil pacientes para tratamento em outros estados.

Segundo o governo estadual, 90 pacientes que foram transferidos para tratamento em outros estados já retornaram ao Amazonas recuperados da Covid-19. O governo estadual informou que os pacientes recuperados retornaram das cidades de Belém (PA), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Uberaba (MG), Natal (RN), Teresina (PI), São Luís (MA), Brasília (DF) e Goiânia (GO).

O número de óbitos corresponde a 3% do total de pacientes enviados para tratamento em outro estado. O governo informou que tem prestado apoio psicossocial às famílias, providenciado os trâmites funerários e traslado do corpo para Manaus, que são realizados em aviões da Casa Militar.

Até então, as cidades que receberam pacientes do Amazonas, desde o dia 15 deste mês, foram: Teresina/PI (23), São Luís/MA (39), Brasília/DF (15), João Pessoa/PB (15), Natal/RN (41), Goiânia/GO (48), Belém/PA (23), Maceió/AL (30), Vitória/ES (36), Recife/PE (27), Rio Branco/AC (3), Uberaba/MG (18) e Curitiba/PR (17).

Link: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/30/bolsonaro-diz-que-nao-e-atribuicao-do-governo-levar-oxigenio-para-o-amazonas.ghtml>

Em Foco III

Volta às aulas presenciais é marcada por disputa política na Argentina

Por: Fernanda Paixão

05/02/2021

Após um ano de aulas virtuais devido à pandemia do novo coronavírus, as escolas na Argentina serão reabertas em março, conforme o calendário tradicional do ano letivo no país. A única jurisdição a antecipar a volta às aulas presenciais é a capital federal de Buenos Aires – ou Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) –, que estipulou a data para 17 de fevereiro.

Cada província do país, com seus respectivos ministérios de saúde e educação, aplica as medidas e o projeto de retorno às escolas da maneira que considera mais adequada. No entanto, a decisão do chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta (Partido Republicano - PRO), adiantou-se, inclusive, à reunião do Conselho Federal da Educação, que alinharia políticas e medidas entre todas as províncias do país.

O ministro de Educação da Nação, Nicolás Trotta, lamentou a falta de alinhamento do chefe de governo da capital, em entrevista ao canal C5N: "Às vezes, priorizam mais as manchetes do que as questões de fundo, que são com as quais damos as melhores respostas à sociedade", alfinetou.

O adiantamento não foi acompanhado, no entanto, de um plano contundente sobre medidas de segurança contra os contágios da covid-19. O juiz Andrés Gallardo, da capital federal, intimou o ministro da saúde da capital, Fernán Quirós, e a ministra da Educação da capital, Soledad Acuña (que, em seu cargo, estigmatiza os professores e acredita que são trabalhadores que "não tiveram outra opção"), a esclarecerem detalhes sobre os protocolos de segurança que pretendem aplicar para antecipar a volta às aulas presenciais. Como resposta, o governo portenho recusou o juiz, afirmando que "previamente, o magistrado já teria a pretensão de impedir a volta às aulas".

Em ano de eleições legislativas, a educação tem sido objeto de disputa política na Argentina. Entre a expectativa dos estudantes, a precarização dos docentes e a corrida no lobby da educação, o retorno às aulas presenciais preocupa boa parte dos profissionais da educação, movimentos sociais e sindicatos. Eles criticam tanto a decisão do governo da capital em adiantar a reabertura, quanto a posição do governo nacional, que decidiu pelo retorno das aulas presenciais antes da conclusão da vacinação do setor docente.

Na manhã desta quinta-feira (4), coletivos da comunidade educacional da capital realizaram uma conferência de imprensa em frente à sede do governo portenho para reivindicar o adiantamento da reabertura das escolas. "Estão usando a volta às aulas presenciais como cavalo de batalha eleitoral", afirmou Patricia Pines, integrante do coletivo Famílias pelo Retorno Seguro às Escolas. "Não queremos lamentar mortes para voltar atrás nessa decisão inconsulta, arbitrária e caprichosa dos governos sobre o retorno das escolas antes do tempo".

O presidente Alberto Fernández (Frente de Todos) lançou um plano de vacinação que prevê os profissionais da educação como sexto grupo prioritário, etapa que ainda não foi alcançada. Já foram 390 mil pessoas imunizadas com a Sputnik V. Nesta semana, foi publicado na revista científica The Lancet que a vacina russa tem eficácia de 91,6%.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/05/volta-as-aulas-presenciais-e-marcada-por-disputa-politica-na-argentina>

Em Foco IV

Chile vacina 1,3 milhão de pessoas em uma semana e garante os melhores índices de imunização da América do Sul

Por: Pablo Cádiz

13/02/2021

“Esta é uma vitória do Estado, não do Governo”, diz ao EL PAÍS o ministro chileno da Saúde, Enrique Paris, ao fazer um balanço do processo que permitiu imunizar, entre os dias 3 e 10 deste mês, 1.250.314 pessoas contra a covid-19. O resultado é “impressionante”, destacou em sua conta no Twitter o pesquisador da Universidade de Oxford Max Roser, fundador do site Our World In Data, que situa o Chile, que tem 19 milhões de habitantes, como o país da América do Sul com o melhor índice de imunização para cada 100 pessoas (5,58), superado só por Israel (67,8), Emirados Árabes (45,7), Reino Unido (20,00) e Estados Unidos (13,4), com números de terça-feira.

A vacinação começou no final de dezembro com 50.000 doses aplicadas em trabalhadores de unidades de pacientes críticos. Mas a fase de imunização em massa de profissionais de saúde, trabalhadores de serviços essenciais, maiores de 65 anos e pessoas com comorbidades começou no último dia 3 de fevereiro. Segundo o plano oficial, os cidadãos podem saber com antecedência onde e quando receberão a primeira dose. As autoridades sanitárias fornecem na hora aos vacinados um comprovante que inclui a data em que eles deverão receber a segunda dose.

Segundo um balanço do Ministério da Saúde que reúne dados até a manhã de quinta-feira, 1.394.363 pessoas foram vacinadas no Chile desde dezembro, com um aumento acentuado na curva a partir de 3 de fevereiro.

A meta do plano é chegar a cinco milhões de pessoas imunizadas até março e alcançar 80% da população durante este primeiro semestre. Meta que foi destacada pelo banco de investimentos nova-iorquino JP Morgan, que previu que o Chile pode se tornar o primeiro mercado emergente a conseguir imunidade coletiva ou de rebanho.

Para o ministro da Saúde, uma das chaves para o rápido avanço do processo se deve ao fato de que o país tem um Plano Nacional de Imunização que data de 1978, que ele qualifica como “muito robusto”. “No

Chile, ninguém se vacina sem que se registre seu nome, seu RUT [documento nacional de identificação] e a vacina a ser aplicada. Portanto, temos um acompanhamento de toda a população desde o nascimento, com seu histórico de vacinas. Isso permite manter uma estatística precisa, saber se falta alguma dose para um indivíduo ou grupo específico”, explica.

A isso, assinala o ministro, soma-se o trabalho em conjunto com a atenção primária à saúde, que depende dos municípios. O professor Cristóbal Cuadrado, da Escola de Saúde Pública da Universidade do Chile, destaca que “o sistema de saúde chileno tem uma longa tradição de saúde pública, com experiência em grandes campanhas de vacinação e uma atenção primária estabelecida em todo o país, o que permitiu avançar em velocidade muito rápida na vacinação”.

Outro fator-chave, segundo o Governo, foram as negociações antecipadas para conseguir uma vacina o quanto antes. O primeiro passo foi encontrar ensaios clínicos que pudessem ser feitos no Chile. No caso da Sinovac, foi fundamental um acordo de colaboração assinado pela Universidade Católica com o laboratório chinês, que além de estudos prevê um acesso preferencial às vacinas, com um horizonte de 60 milhões de doses para um período de três anos. “A vacina da Sinovac pode ter papel preponderante para imunizar nossa população e contribuir para a tão desejada imunidade de rebanho”, enfatiza o especialista em imunologia da Universidade Católica Alexis Kalergis, que liderou o estudo da Sinovac no Chile. Optou-se também pelas vacinas da Pfizer e de Oxford-AstraZeneca. Esta última deve ser a próxima a chegar ao país, com cinco milhões de doses.

Mas também houve incerteza no processo. Em meados de janeiro, a Pfizer anunciou uma redução temporária no envio de doses, que afetou vários países, entre eles o Chile. Nesse contexto, não era uma opção que as vacinas chinesas não chegassem a tempo, o que exigiu negociações de alto nível entre o presidente Sebastián Piñera e seu colega chinês, Xi Jinping.

Link: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-13/chile-vacina-13-milhao-de-pessoas-em-uma-semana-e-garante-o-melhor-indice-de-imunizacao-da-america-do-sul.html>

Em Foco V

Pobreza extrema na América Latina será a mais alta em 20 anos por causa do coronavírus

Por: Rocío Montes e Ignacio Fariza

04/03/2021

A pandemia da covid-19 aprofundou as já enormes desigualdades estruturais da América Latina e do Caribe. Num momento de “elevada incerteza, em que ainda não estão delineadas nem a forma nem a velocidade de saída da crise”, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) calcula que a pobreza extrema, a forma mais intensa de escassez, na qual nem as necessidades básicas são cobertas, terá chegado ao nível mais alto desde 2000. Um em cada oito latino-americanos (12,5%) vive agora nessa situação, mais de um ponto percentual a mais que há um ano, quando a crise de saúde era uma opção remota, e quase cinco pontos a mais que em 2014, quando a cifra atingiu seu ponto histórico mais baixo (7,8% da população). Antes da covid-19, a porcentagem de pessoas nessa situação já vinha crescendo de forma contínua havia cinco anos. O vírus, no entanto, foi a gota d’água para desatar essa preocupante tendência.

As medidas de proteção social de emergência adotadas em praticamente toda a região contribuíram para aliviar o duríssimo golpe do coronavírus sobre as sempre voláteis estruturas econômicas e sociais latino-

americanas. Mas não impediu um aumento igualmente notável da pobreza moderada, que no final de 2020 afetava um em cada três habitantes da região (33,7%), mais de três pontos percentuais a mais que um ano antes. É preciso voltar a 2006, auge do “superciclo” das matérias-primas, que permitiu que vários Governos latino-americanos implementassem uma inédita série de medidas sociais, possibilitando uma drástica melhora na qualidade de vida para milhões de pessoas, que ampliaram a base da classe média.

A região da América Latina e Caribe é uma das mais afetadas pelo coronavírus, tanto em número de casos como de mortes. Com pouco mais de 8% da população mundial, contabilizava até dezembro de 2020 quase 20% dos contágios e mais de 25% de mortes em escala global. Cifras “tremendas”, nas palavras da secretária-executiva do organismo, Alicia Bárcena. A tragédia levou a uma crise econômica e social sem precedentes, agravada por problemas históricos como a inequidade (a região continua sendo a mais desigual do mundo), a informalidade no trabalho (indicador em que também é líder global), a desproteção social e a vulnerabilidade. Um terreno fértil que amplifica qualquer choque e seus efeitos negativos sobre as camadas menos favorecidas da sociedade, como afirma o Panorama Social 2020, apresentado nesta quinta-feira em Santiago (Chile) pelo braço das Nações Unidas para o desenvolvimento latino-americano.

Com uma curva demográfica que ainda esboça uma inclinação positiva, em termos absolutos as cifras são ainda mais impactantes. Segundo a CEPAL, o número total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, 22 milhões a mais que no final do ano anterior. Desse total, 78 milhões estavam em situação de extrema pobreza, oito milhões a mais que em 2019.

Oito em cada 10 latino-americanos vivem hoje em situação de vulnerabilidade, com renda equivalente a três ou menos de três salários mínimos. Todas essas tendências se intensificam nas zonas rurais e nas de maior prevalência de população indígena.

Link: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-04/pobreza-extrema-na-america-latina-sera-a-mais-alta-em-20-anos-por-causa-do-coronavirus.html>

Em Foco VI

Protesto contra a gestão da pandemia termina em violência no Paraguai

Por: Santi Carneri

06/03/2021

Uma manifestação convocada pela oposição, que reuniu cerca de 10.000 pessoas numa praça central de Assunção para protestar contra o Governo de Mario Abdo Benítez, a corrupção e a falta de medicamentos e vacinas contra a covid-19, foram duramente reprimida pela polícia na noite desta sexta-feira. Os incidentes deixaram um morto por arma branca e pelo menos 20 feridos, entre civis e policiais, segundo o balanço das autoridades. Mais cedo, o ministro da Saúde, Julio Mazzoleni, decidiu renunciar devido às pressões que sofria pelo manejo da política sanitária contra a pandemia.

Cerca de duas horas depois do início do protesto, os manifestantes foram dispersados pela tropa de choque da polícia, que usou gases lacrimogêneos e balas de borracha, resultando em uma batalha campal em pleno centro da capital paraguaia. Um grupo de aproximadamente 10 manifestantes encapuzados atirou pedras nos policiais nas imediações do Congresso – o mesmo edifício que foi parcialmente incendiado em outro protesto, em 31 de março de 2017 –, e estes reagiram. Uma mulher com seu bebê foi atingida por gás

lacrimogêneo quando tentava entrar na sua casa. Os confrontos terminaram com uma cena insólita: a tropa de choque erguendo bandeiras brancas, num pedido de trégua, depois de ficar sem munição.

O arcebispo de Assunção, Edmundo Valenzuela, pediu aos dois lados que evitem novos confrontos. “[Faço] um apelo a toda a população que está neste momento convulsionada pela violência, um apelo aos meios de comunicação para que chamem à paz”, afirmou o prelado ao canal Telefuturo. O ministro de Interior, Arnaldo Giuzzio, disse à imprensa que a atuação da tropa de choque foi justificada. “A polícia reagiu e tentou evitar que [o protesto] se espalhasse, que a esta altura ele já está contido em alguns pontos”, afirmou.

O Paraguai, um dos países com a melhor resposta à pandemia da covid-19 no primeiro semestre de 2020, agora atravessa uma crise no seu sistema hospitalar. Os mortos pelo vírus somam 3.278, e há 168.000 contagiados, mas até o momento o país recebeu apenas 4.000 vacinas, e não se sabe quando novos lotes chegarão.

As críticas ao Governo conservador do presidente Mario Abdo Benítez, filho do secretário privado do ditador Alfredo Stroessner (1954-1989), crescem à medida que vão acabando os medicamentos de um sistema de saúde precário, considerado pelo Banco Mundial como insuficiente e desigual. Paraguaio de classe alta costumam ser atendidos em clínicas particulares com preços equiparáveis aos dos Estados Unidos, enquanto o resto da população recorre a hospitais públicos onde, apesar dos esforços dos funcionários, a falta de recursos e de infraestrutura torna o atendimento muito deficiente.

Desde quarta-feira, médicos, enfermeiros, pacientes e seus familiares protestavam nas ruas de Assunção contra a falta de medicamentos. Os funcionários do principal centro na luta contra a covid-19 fizeram uma passeata em frente à sede do hospital, levando seu diretor a pedir demissão. Os médicos denunciavam que não há remédios nem para quimioterapias, nem sedativos para os intubados nas UTIs, e muito menos vacina contra o coronavírus. O Paraguai recebeu 4.000 doses até agora e continua esperando um milhão de ampolas adicionais procedentes da Rússia e 4,3 milhões da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Link: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-06/protesto-contra-a-gestao-da-pandemia-termina-em-violencia-no-paraguai.html>

Agenda Acadêmica

Capes-Print/UERJ - PPGSS- UERJ

A internacionalização do PPGSS: um balanço das experiências.

Tema: O desafio do serviço Social Brasileiro na interlocução com as instituições acadêmicas internacionais

Convidados: Dr^a Silene de Moraes Freire (coordenação/PPGSS-UERJ)

Dr^a Marilda V. Yamamoto (PPGSS-UERJ e UFJF)

Dr^o Sérgio A. Quintero Londoño (Universidad de Caldas, Colômbia)

Dr^a Rita A. Meoño Molina (Universidad de Consta Rica)

Data: 24/02/2021

Canal de Youtube: bit.ly/sesonapandemia/

Lançamentos

CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E FINACEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. Tatiana Brettas. Editora Consequência. 2020.

Sinopse:

“A publicação de Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil, de autoria de Tatiana Brettas, contém uma rica sistematização sobre as particularidades do capitalismo brasileiro. O livro expõe o percurso teórico-metodológico utilizado pela autora para desvelar o ambiente histórico da emergência do que ela conceituou como capital financeiro financeirizado no Brasil. Essa categoria foi construída originalmente por Tatiana para problematizar as particularidades da financeirização à brasileira mediada pela intervenção do Estado.

A hipótese sustentada pela autora e que percorre todo o livro, seja na revisão da literatura, seja no tratamento dos dados que manuseia, é de que o capital financeiro no Brasil se forma endogenamente subordinado ao imperialismo de uma maneira não clássica ao assumir um caráter híbrido dado o grau de envolvimento do Estado na articulação entre produção e finanças no país.

Ao escrutinar a emergência do capital financeiro, pontua as diversas conjunturas que vão da ditadura militar-empresarial até o golpe jurídico-parlamentar de 2016, identificando as estratégias utilizadas pelas classes dominantes e pelo Estado para atender parte das necessidades das classes trabalhadoras, sem perder a hegemonia do projeto capitalista-burguês. Assim, a autora identifica tanto os meios e as estratégias de apropriação do fundo público pelo capital privado, seja ele produtivo, seja portador de juros; como a configuração das políticas sociais que atendem necessidades reais, mas paulatinamente passam a ser financeirizadas e tornadas mercadorias.

Ao recompor a relação entre políticas sociais e financeirização capitalista, a pesquisadora destaca as determinações das lutas e disputas de classes presentes na trajetória das políticas sociais desde a Constituição de 1988, passando pela ofensiva neoliberal e pelo social-liberalismo dos governos do PT, e pelas inúmeras contrarreformas do Estado. Tatiana argumenta que a expropriação de direitos, a super exploração do trabalho e as privatizações são mediações da financeirização capitalista em geral e, em particular, das políticas de seguridade social e educação.

Como registra a autora, a financeirização das políticas sociais atende às exigências do capital financeiro financeirizado e, ao mesmo tempo, propicia uma resposta parcial e fragmentada às demandas da classe trabalhadora. Trata-se de uma obra que nos convida à reflexão sobre a realidade brasileira contemporânea.” (Ana Elizabete Mota)

AMÉRICA LATINA NA ENCRUZILHADA. Roberto Santana Santos, João Claudio Pitillo e María Villarreal. Autonomia Literária. 2020.

Sinopse:

“América Latina na encruzilhada é um balanço das duas primeiras décadas do século XXI na região, principalmente acerca das políticas dos chamados “governos progressistas” nos anos 2000 e da “onda conservadora” da década de 2010. Com textos de Atilio Borón, Paula Klachko, Jaime Osorio, Roberto S. Santos, João Claudio Pitillo, María Villarreal, Rebeca Peralta, Luiz Eduardo Mergulhão Ruas, Júlio C. Gambina, Antonio Elías, Cecilia Vuyk, Matías Ortíz Figueroa, Sergio Quintero-Londoño, Ricardo Jiménez e Antonio Palazuelos, toda a história recente latino-

americana é destrinchada, onde surgem as articulações dos movimentos sociais e forças populares, as ofensivas do imperialismo, golpes, perseguições políticas e os efeitos da crise capitalista mundial.

A obra coletiva, editada pela Autonomia Literária, serve como um balanço político da região e uma análise de conjuntura que enlaça as questões gerais da América Latina com a realidade particular de 12 países do continente (Venezuela, Bolívia, Equador, Cuba, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru e México). Um livro para quem deseja se aprofundar sobre o polarizado momento de nossas sociedades e compreender o andamento das lutas políticas e sociais da região.”

GRAMSCI ENTRE DOIS MUNDOS: POLÍTICA E TRADUÇÃO. Alvaro Bianchi. Autonomia Literária. 2020.

Sinopse:

“Antonio Gramsci morreu em 1937, depois de passar mais de dez anos nos cárceres do fascismo. Perante o tribunal que o condenou, o procurador fascista responsável pela acusação exclamou: “É preciso impedir este cérebro de funcionar por vinte anos”. Apesar disso, o prisioneiro continuou seu trabalho intelectual e político na prisão. Sua obra, composta de artigos para a imprensa comunista, documentos partidários e dos enigmáticos cadernos de anotações que redigiu na prisão revelou-se com o tempo rica de significados para interpretar a crise da sociedade contemporânea e estimular movimentos de emancipação. Traduzido mundialmente, esse rico pensamento assumiu contornos particulares nos diferentes contextos nacionais. Na América Latina, Gramsci nos ajudou a imaginar novas estratégias para o socialismo e foi abraçado por partidos de esquerda e movimentos sociais. Sua presença se fez notar e tornou-se o inimigo número um da extrema direita, acusado de promover uma “guerra cultural”. Neste novo livro, Álvaro Bianchi investiga esses diferentes mundos nos quais o pensamento gramsciano circulou, como um rastilho de pólvora, incendiando o pensamento crítico.”

Expediente**Reitor**

Prof. Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Prof. Mário Sérgio Carneiro

Sub-reitor de Graduação

Prof. Lincoln Tavares Silva

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Profª Cláudia Gonçalves de Lima

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Profª. Dirce Eleonor Nigro Solis

Coordenadora do PROEALC

Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Larissa Costa Murad

Coordenação de Produção

Ms. Laís Morgado Marcoje

(PROATEC/PROEALC/UERJ)

Brena da Silva Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Danielle Felix da Silva

(PROEALC/CCS/UERJ)

Liana Santos de Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Vítor de Araújo Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação

Ms. Laís Morgado Marcoje

(PROATEC/PROEALC/UERJ)

Brena da Silva Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Danielle Felix da Silva

(PROEALC/CCS/UERJ)

Liana Santos de Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Vítor de Araújo Ferreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.